

Jaíba Solar Holding S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em 31 de
dezembro de 2022
com Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Jaíba Solar Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jaíba Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jaíba Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Jaíba Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		12/31/2022	12/31/2021	12/31/2022	12/31/2021			12/31/2022	12/31/2021		
Caixa e equivalente de caixa	5	9	3	25.448	13.613	Fornecedores	12	1	1	5.823	17.656
Clientes a receber	6	-	-	3.917	-	Financiamentos	14	-	-	18.206	6.869
Impostos a recuperar		9	6	208	42	Adiantamento à Clientes		-	-	-	975
Adiantamento a fornecedores	7	-	-	103	9.480	Obrigações tributárias	13	8	11	694	630
Despesas antecipadas		-	-	875	364	Arrendamento	11.c	-	-	45	37
Dépósitos Judiciais		-	-	10	-	Contingências		-	10	369	10
Total do ativo circulante		18	9	30.561	23.499	Total do passivo circulante		9	22	25.137	26.177
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	8.402	7.185	Financiamentos	14	-	-	274.829	254.201
Partes relacionadas	15	-	2.629	-	13	Arrendamento	11.c	-	-	6.283	5.737
Total realizável a longo prazo		-	2.629	8.402	7.198	Partes relacionadas	15	438	363	-	13
Investimentos	9	130.322	133.257	-	-	Provisão para descomissionamento	16	-	-	5.248	-
Imobilizado	10	-	-	396.540	385.490	Total do passivo não circulante		438	363	286.360	259.951
Direito de uso	11	-	-	5.887	5.451	Patrimônio líquido	17	160.879	161.187	160.879	161.187
Total do ativo não circulante		130.322	135.886	410.829	398.139	Capital social		(30.986)	(25.677)	(30.986)	(25.677)
						(Prejuízos) acumulados					
Total do ativo		130.340	135.895	441.390	421.638	Total do patrimônio líquido		129.893	135.510	129.893	135.510
						Total do passivo e patrimônio líquido		130.340	135.895	441.390	421.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaiba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2022	12/31/2021
Receita líquida	18	-	-	45.201	9.643
Custos de Operação	19	-	-	(27.858)	(21.024)
Lucro Bruto		-	-	17.343	(11.381)
Despesas gerais e administrativas	19	(54)	(331)	(712)	(596)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.561)	(24.648)	17	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(5.615)	(24.979)	16.648	(11.977)
Receitas financeiras	20	2	27	1.899	746
Despesas financeiras	20	304	(360)	(22.408)	(14.020)
Resultado financeiro líquido		306	(333)	(20.509)	(13.274)
Resultado antes dos impostos		(5.309)	(25.312)	(3.861)	(25.251)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	(1)	(1.448)	(62)
(Prejuízo) do exercício		(5.309)	(25.313)	(5.309)	(25.313)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2022	12/31/2021
(Prejuízo) do exercício	<u>(5.309)</u>	<u>(25.313)</u>	<u>(5.309)</u>	<u>(25.313)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(5.309)</u>	<u>(25.313)</u>	<u>(5.309)</u>	<u>(25.313)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora e Consolidado			
	Nota	Capital social		Prejuízos / Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		85.639	-	(364)	85.275
Integralização de capital		30.240	-	-	30.240
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	45.308	-	45.308
Prejuízo do exercício		-	-	(25.313)	(25.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		115.879	45.308	(25.677)	135.510
Integralização de capital	17	45.000	(45.308)	-	(308)
Prejuízo do exercício	17	-	-	(5.309)	(5.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		160.879	-	(30.986)	129.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaiba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		12/31/2022	12/31/2021	12/31/2022	12/31/2021
Resultado antes dos impostos		(5.309)	(25.312)	(3.861)	(25.252)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação	10	-	-	18.565	-
Juros sobre arrendamento	11	-	-	563	12.265
Juros de financiamentos	14	-	-	21.730	-
Ajuste a valor presente da provisão de descomissionamento	16	-	-	405	-
Amortização do direito de uso	11	-	-	205	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	5.561	24.648	-	-
		252	(664)	37.607	(12.987)
Variações no ativo e passivo:					
Contas a receber	6	-	-	(3.917)	(2.528)
Adiantamento a fornecedores	7	-	-	-	49.450
Impostos a recuperar		(3)	(1)	(166)	(32)
Despesas Antecipadas		-	-	(529)	(361)
Fornecedores	12	-	(1)	(3.312)	(63.815)
Adiantamento à Clientes		-	-	(975)	975
Obrigações tributárias	13	(3)	10	59	(220)
Contingências		(10)	10	349	10
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		236	(646)	29.116	(29.508)
Pagamento de juros s/ financiamentos	14	-	-	(2.177)	-
Pagamento de IR e CS	21	-	(1)	(1.448)	(48)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		236	(647)	25.491	(29.556)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	9	(2.626)	(75.197)	-	-
Aquisição ao ativo imobilizado e intangível	10	-	2.561	(23.904)	(124.642)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(2.626)	(72.636)	(23.904)	(124.642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de financiamentos	14	-	-	(597)	16.020
Captação de financiamentos	14	-	-	13.009	61.526
Pagamento de arrendamento	11	-	-	(650)	(441)
Aumento de capital	17	(308)	30.240	-	30.240
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	45.308	-	45.308
Partes relacionadas	15	2.704	(2.281)	(297)	(9)
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	(1.217)	(6.262)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		2.396	73.267	10.248	146.382
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		6	(16)	11.835	(7.816)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3	19	13.613	21.429
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	9	3	25.448	13.613
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		6	(16)	11.835	(7.816)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jaíba Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 1976 e constituída no Brasil em 22 de março de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de abril de 2019, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada por:

- Canadian Solar Inc, - 6,80%
- Canadian Solar UK Projects Ltda – 6,60%
- Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A. – 6,60%
- Nebras Brazil Investment 1 Ltda - 80%

A companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir. Essas companhias têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Relação de entidades controladas

	<u>Participação acionária</u>	
	2022	2021
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.		
	100%	100%
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Jaíba 3	Portaria 5437	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 4	Portaria 5438	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 9	Portaria 335	15/08/2018	35 anos	22,5

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas possuem os seguintes contratos de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Jaíba 3	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 154,48	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro
Jaíba 4	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 154,48	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro
Jaíba 9	LEN A-4 001/2018	5,5	R\$ 153,71	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro

Os Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrados foram efetuados no ambiente regulado de energia – ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

De acordo com o contrato original assinado, as controladas deveriam iniciar a comercialização de energia em janeiro de 2022. Todavia, em 01 junho de 2021, as controladas descontrataram 100% da energia contratada no Ambiente de Mercado Regulado, referente ao exercício de 2022, no leilão do MCSD**. Dessa forma, os contratos CCEAR terão seu início em 01 de janeiro de 2023.

As informações adicionais sobre os contratos vigentes em 2022, do ACL, estão na nota explicativa nº 3.j.

- (**) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit Metodologia desenvolvida para permitir que sejam realizadas transferências de energia adquirida em leilões, na forma de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), entre agentes distintos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 12 de Abril de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de consolidação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o Resultado atribuível aos acionistas das controladas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 22, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 10 - Imobilizado:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado
- **Nota explicativa 11 - Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

3 *Resumo das principais políticas contábeis*

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. *Contas a receber de clientes*

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição, e são deduzidos da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia e suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação foram inicialmente capitalizados aos itens do imobilizado correspondente e em despesas financeiras.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

Na Controladora, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos

que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

j. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

k. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Controladora e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1) / IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2) / IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e Bancos	9	3	10.240	13.613
Aplicações financeiras de curto prazo	-	-	15.208	-
	<u>9</u>	<u>3</u>	<u>25.448</u>	<u>13.613</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia	-	-	3.908	-
Mercado de curto prazo - CCEE	-	-	9	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.917</u>	<u>-</u>

Os valores referem-se ao contrato de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL) e receitas de sobras no mercado de curto prazo CCEE. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	-	-	103	9.480
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103</u>	<u>9.480</u>

Referem-se a valores contratados, adiantados aos fornecedores dos projetos para construção dos parques fotovoltaicos. Em 31 de dezembro de 2022, devido a entrada em operação dos parques de geração solar, houve uma redução significativa nos saldos de adiantamentos a fornecedores.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Banco do Nordeste do Brasil S/A	-	-	8.402	7.185
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.402</u>	<u>7.185</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$8.402 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.185 em 2021) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa nº 14.

9 Investimentos

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:

	2022						
	Participação Acionária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Controladas							
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	8.144	174.750	9.855	122.099	50.940	(3.613)
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	11.583	148.290	7.774	106.156	45.943	(768)
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	10.817	107.909	7.499	77.787	33.440	(1.180)
Total		<u>30.544</u>	<u>430.949</u>	<u>25.128</u>	<u>306.042</u>	<u>130.323</u>	<u>(5.561)</u>

2021

	Participação Acionária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resulta do
Controladas							
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	8.199	169.480	8.237	117.176	52.266	(7.052)
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	8.975	141.038	7.908	95.743	46.362	(10.851)
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	6.334	103.495	10.010	65.172	34.647	(6.745)
Total		23.508	414.013	26.155	278.091	133.275	(24.648)

	2021	Adição (i)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	2022
Investimentos Controladas					
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	52.276	2.276	(3.613)	-	50.939
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	46.361	350	(768)	-	45.943
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	34.620	-	(1.180)	-	33.440
Total	133.257	2.626	(5.561)	-	130.322

	2020	Adição (i)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	2021
Investimentos Controladas					
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	26.541	32.787	(7.052)	-	52.276
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	28.971	28.241	(10.851)	-	46.361
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	27.196	14.169	(6.745)	-	34.620
Total	82.708	75.197	(24.648)	-	133.257

(i) Integralização de capital nas investidas.

10 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

Consolidado	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência de Imobilizado Unitização (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em construção		385.490	24.772	(389.504)	-	20.758
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	20.520	(818)	19.702
Máquinas e Equipamentos	5,39%	-	-	345.500	(16.665)	328.835
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	1.273	(49)	1.224
Máquinas e Equipamentos	4,23%	-	-	15.138	(552)	14.586
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	59	(4)	55
Rede Básica - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	1.264	(50)	1.214
Máquinas e Equipamentos	4,21%	-	-	5.741	(229)	5.512
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	9	(1)	8
Total do ativo imobilizado		385.490	24.772	-	(10.368)	391.894
Descomissionamento (ii)	3,47%	-	4.843	-	(197)	4.646
Total		385.490	29.615	-	(18.565)	396.540

(i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção para o imobilizado através de unitização do bens que ocorreu em fevereiro de 2022.

- (ii) A provisão para descomissionamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB.

11 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2020. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso

		31/12/2022		
Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	6.587	(700)	5.887
		6.587	(700)	5.887
Total direito de uso		6.587	(700)	5.887

		31/12/2021		
Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	5.946	(495)	5.451
		5.946	(495)	5.451
Total direito de uso		5.946	(495)	5.451

b. Movimentação do ativo de direito de uso

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2021	Remensura ção	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	5.451	641	(205)	5.887
Total do ativo	5.451	641	(205)	5.887

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segue demonstrada abaixo:

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2022
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	17.333	1.787	(650)	-	18.470
(-) Ajuste a valor presente	(11.559)	(1.146)	-	563	(12.142)
Total	5.774	641	(650)	563	6.328
Circulante	37				45
Não circulante	5.737				6.283
Total	5.774				6.328

12 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Materiais e serviços	1	1	5.728	16.944
Mercado de curto prazo – CCEE	-	-	95	712
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>5.823</u>	<u>17.656</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica.

13 Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Pis a recolher	-	-	45	24
Cofins a recolher	-	-	207	113
IR retido sobre serviços	-	-	17	26
Pis/Cofins/Csll retido	3	3	45	71
INSS retido	5	5	157	114
ISS retido	-	3	223	282
	<u>8</u>	<u>11</u>	<u>694</u>	<u>630</u>

14 Financiamentos

a. Composição dos empréstimos (consolidado):

	31/12/2022					31/12/2021				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Consolidado										
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	15.349	33.575	2.857	241.254	293.035	6.168	23.203	701	230.998	261.070
Total de dívidas	15.349	33.575	2.857	241.254	293.035	6.168	23.203	701	230.998	261.070

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de fevereiro de 2042.

b. Movimentação dos empréstimos (consolidado):

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2022
Consolidado						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	701	-	(597)	-	2.753	2.857
Juros	6.168	-	(2.177)	-	11.358	15.349
	6.869	-	(2.774)	-	14.111	18.206
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	230.998	13.009	-	-	(2.753)	241.254
Juros	23.203	-	-	21.730	(11.358)	33.575
	254.201	13.009	-	21.730	(14.111)	274.829

O montante de R\$ 21.730 de juros provisionados, foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2024	20.556
2025	21.229
2026	21.871
2027	22.538
2028 a 2042	<u>188.635</u>
Total	<u>274.829</u>

Obrigações Contratuais – Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa nº 8);
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Bradesco e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

15 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas usualmente possuem saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A (a)	-	2.629	-	-
Consorcio Jaíba	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
	<u>-</u>	<u>2.629</u>	<u>-</u>	<u>13</u>

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

(ii) Contas a pagar de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A (b)	438	363	-	-
Outros	-	-	-	13
	438	363	-	13

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados s demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

(iii) Remuneração da administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. Sua remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi paga pela administradora (não controladora), Nebras Power Latin America Ltda.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2022, a Companhia e suas controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 33.235, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,12% reconheceu o valor presente de R\$ 4.843.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico (Nota 11).

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Provisão registrada durante o ano	4.843
Ajuste a valor presente	405
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.248

17 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 160.879 (R\$ 115.879 em 31 de dezembro de 2021), representado por 160.878.850 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Jaíba Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações.

O valor de adiantamento para futuro aumento de capital (R\$ 45.308 em 31 de dezembro de 2021), foi totalmente subscrito e integralizado em 2022.

18 Receitas Operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	-	-	46.773	10.008
Energia de curto prazo	-	-	141	-
Receita operacional bruta	-	-	46.914	10.008
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS	-	-	(1.713)	(365)
Total de deduções da receita operacional	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.713)</u>	<u>(365)</u>
Receita operacional líquida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.201</u>	<u>9.643</u>

19 Custos e despesa por natureza

	<u>Controladora</u>					
	2022			2021		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(22)	(22)	-	(130)	(130)
Contingências	-	-	-	-	(179)	(179)
Outras	-	(32)	(32)	-	(22)	(22)
Total	<u>-</u>	<u>(54)</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>(331)</u>	<u>(331)</u>

	<u>Consolidado</u>					
	2022			2021		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.109)	-	(1.109)	(19.718)	-	(19.718)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(3.923)	-	(3.923)	(76)	-	(76)
Serviços de terceiros	(2.506)	(400)	(2.906)	(1.230)	(340)	(1.570)
Depreciação	(18.565)	-	(18.565)	-	-	-
Amortização	(205)	-	(205)	-	-	-
Seguros	(1.108)	-	(1.108)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(3)	-	(3)	-	-	-
Contingências	(439)	-	(439)	-	(179)	(179)
Outras	-	(312)	(312)	-	(77)	(77)
Total	<u>(27.858)</u>	<u>(712)</u>	<u>(28.570)</u>	<u>(21.024)</u>	<u>(596)</u>	<u>(21.620)</u>

20 Resultado financeiro

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	2	27	1.898	363
Outros juros e variações monetárias	-	-	1	383
Receitas financeiras total	2	27	1.899	746
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(21.730)	(12.265)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(563)	-
Provisão para descomissionamento	-	-	(405)	-
Outras despesas financeiras	304	(360)	290	(1.755)
Despesas financeiras total	304	(360)	(22.408)	(14.020)
Total resultado financeiro	306	(333)	(20.509)	(13.274)

21 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.448 (R\$62 em 31 de dezembro de 2021)

	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Consolidado		
Lucro presumido		
Receita de operação	46.914	46.914
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	3.753	5.630
Demais receitas	1.899	1.899
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	953	494
Alíquota efetiva	1,95%	1,01%
	31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Consolidado		
Lucro presumido		
Receita de operação	10.008	10.008
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	801	1.201
Demais receitas	719	719
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	37	25
Alíquota efetiva	2%	1%

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível
Controladora								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e bancos	5	9	-		3	-		
Partes relacionadas	15	-	-		2.629	-		
	31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível	Nota	Outros passivos financeiros	Nível	Nota	Outros passivos financeiros
Controladora								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Fornecedores	12	1		1	1			
Partes relacionadas	15	438		15	363			

Jaíba Solar Holding S.A.
Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível
Consolidado								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Cauções e depósitos vinculados	8	-	8.402	Nível 2		-	7.185	Nível 2
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	15.208	Nível 2		-	-	Nível 2
Caixa e bancos	5	10.240	-			13.613	-	
Partes relacionadas	15	-	-			13	-	
Clientes a receber	6	3.917	-			-	-	
					31/12/2022			31/12/2021
Consolidado								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Fornecedores	12	4.948				61		
Financiamentos (a)	14	293.035	Nível 2			261.070	Nível 2	
Partes relacionadas	15	-				13		

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	9	9	3	3
Partes relacionadas	15	-	-	2.629	2.629

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Partes relacionadas	15	438	438	363	363

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	25.448	25.448	13.613	13.613
Partes relacionadas	15	-	-	13	13
Clientes a receber	6	3.917	3.917	-	-

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Financiamentos (a)	14	293.035	293.035	261.070	261.070
Partes relacionadas	15	-	-	13	13

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos.

Variações das taxas índices	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	5,79%	5,78%	7,23%	8,67%
CDI	13,65%	12,37%	15,46%	18,56%

Consolidado

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	293.035	16.937	21.172	25.406
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	23.610	2.921	3.651	4.381

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora		Fluxos de caixa contratuais				
31/12/2021	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1	1	1	-	-	-
Controladora		Fluxos de caixa contratuais				
31/12/2022	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1	1	1	-	-	-
Consolidado		Fluxos de caixa contratuais				
31/12/2021	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	17.656	17.656	17.656	-	-	-
Arrendamento	5.774	52.404	36	3.378	8.448	40.542
Financiamentos	261.070	244.705	558	7.770	38.320	198.057
Consolidado		Fluxos de caixa contratuais				
31/12/2022	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	5.823	5.823	5.823	-	-	-
Arrendamento	6.328	19.723	713	713	2.139	16.158
Financiamentos	293.035	482.344	18.206	20.556	65.638	377.944

23 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (nota 12)	(6.397)	22.209
Provisão para descomissionamento (nota 16)	4.843	-
Adiantamento de fornecedor (nota 7)	7.271	-
Obrigações tributárias (nota 13)	5	-
Partes relacionadas (nota 15)	(11)	-
Capitalização de juros de financiamentos (nota 14)	-	12.710
Capitalização de juros de arrendamentos (nota 11)	-	515
	<u>5.711</u>	<u>35.434</u>

24 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia possui contingências passivas trabalhistas com avaliação de risco de perda provável no montante de R\$ 369 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021) sendo a mesma provisionada 100% neste exercício.

Risco possível

Processo Administrativo Ativo – ICMS

A companhia entrou em ação contra o estado de Minas Gerais para suspender os pagamentos de ICMS sobre os encargos de transmissão e solicitar o reembolso dos valores pagos, no montante de (R\$ 139).

25 Evento Subsequente

Em janeiro de 2023, tiveram início os contratos do CCEAR, a venda de energia elétrica no ambiente regulado (ACR), nas 3 controladas.